

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2 ° TRIMESTRE DE 2023

Rio de Janeiro
30 de junho 2023



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Balanco Patrimonial em

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes	5	36.379	30.622
Tributos a Recuperar ou Compensáveis	6	2.609	1.526
Adiantamentos Concedidos	7	2.485	792
Despesas Antecipadas	8	3.399	2.579
		44.872	35.519
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Tributos a Recuperar ou Compensáveis	6	172	164
Depósitos Judiciais	9	4.630	4.399
Despesas Antecipadas	8	-	281
Imobilizado	10	6.035	6.831
Intangível	11	3.422	4.179
		14.259	15.854
TOTAL DO ATIVO		59.131	51.373
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores Nacionais	12	590	305
Obrigações Fiscais	13	1.740	986
Obrigações Trabalhistas e Sociais	14	17.817	14.314
Provisões para Contingências	15	-	2.825
Obrigações com a Cessão de Pessoal		26	26
Previdência Privada Complementar	16	676	668
		20.849	19.124
Não Circulante			
Provisões para Contingências	15	10.844	7.040
		10.844	7.040
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	31.019	28.469
Adiant para Futuro Aumento de Capital	18	28	2.550
Prejuízos Acumulados	19	(3.609)	(5.810)
		27.438	25.209
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.131	51.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Demonstração do Resultado em

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2023 (Acumulado)	30/06/2023 (Trimestre)	30/06/2022 (Acumulado)	30/06/2022 (Trimestre)
RECEITA LÍQUIDA		-	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21				
Remunerações		(22.362)	(11.297)	(20.652)	(11.125)
Encargos Sociais		(6.504)	(3.310)	(5.942)	(3.217)
Benefícios		(3.070)	(1.613)	(3.007)	(1.558)
Serviços de Terceiros		(5.281)	(1.280)	(3.347)	(1.770)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(2.371)	(1.203)	(1.992)	(1.051)
Gerais da Administração		(1.948)	(1.262)	(1.687)	(1.058)
Impostos, Taxas e Contribuições		(169)	(79)	(150)	(70)
		(41.705)	(20.044)	(36.777)	(19.849)
RESULTADO BRUTO		(41.705)	(20.044)	(36.777)	(19.849)
DESPESAS OPERACIONAIS	21				
Remunerações		(8.947)	(4.535)	(8.764)	(4.776)
Encargos Sociais		(2.599)	(1.321)	(2.635)	(1.449)
Benefícios		(1.350)	(788)	(1.351)	(706)
Materiais		(16)	(4)	(113)	(106)
Serviços de Terceiros		(2.657)	(1.545)	(2.969)	(1.773)
Impostos, Taxas e Contribuições		(266)	(41)	(448)	(375)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(2.648)	(1.338)	(2.384)	(1.185)
Gerais da Administração		(1.624)	(844)	(1.911)	(1.014)
Provisão para contingências		(16)	(16)	(156)	-
		(20.123)	(10.432)	(20.731)	(11.384)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS					
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	22	63.602	29.692	53.713	28.172
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	23	1.924	-	3.390	3.390
Recuperação de Despesas e Custos		42	21	1	-
Outras receitas		-	-	426	-
		65.568	29.713	57.530	31.562
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		3.740	(763)	22	329
Receitas Financeiras	24	298	117	717	601
Despesas Financeiras	24	(963)	559	(602)	(318)
		(665)	676	115	283
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		3.075	(87)	137	612
Despesa com Provisões de IRPJ e CSLL	25	(874)	189	(136)	444
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.201	102	1	1.056

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado Abrangente em
(em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u> <u>(Acumulado)</u>	<u>30/06/2023</u> <u>(Trimestral)</u>	<u>30/06/2022</u> <u>(Acumulado)</u>	<u>30/06/2022</u> <u>(Trimestral)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.201	102	1	1.056
Outros resultados abrangentes	-		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	2.201	102	1	1.056

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
 CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido em
 (em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021 reapresentado		26.211	2.258	(3.358)	25.111
Aumento de Capital	17	2.258	(2.258)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital		-	1.869	-	1.869
Lucro do Exercício		-	-	1	1
Saldos em 30/06/2022		28.469	1.869	(3.357)	26.981
Saldos em 31/12/2022		28.469	2.550	(5.810)	25.209
Aumento de Capital	17	2.550	(2.550)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	18	-	28	-	28
Lucro do Exercício	19	-	-	2.201	2.201
Saldos em 30/06/2023		31.019	28	(3.609)	27.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	2.201	1
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(63.602)	(53.713)
Ajustes retrospectivos	-	-
Depreciação / Amortização	1.612	1.471
Provisão/Atualização monetária de provisões para contingências	979	758
Atualização/tributos a compensar/Depósitos Judiciais	(255)	(313)
Varição nos saldos de ativos e passivos		
Conta a Receber - Leilões ANEEL	-	(476)
Adiantamentos concedidos	(1.693)	(1.921)
Despesas antecipadas	(539)	(990)
Depósitos judiciais	(86)	-
Impostos a recuperar	(981)	(702)
Fornecedores	285	415
Obrigações tributárias	754	271
Obrigações trabalhistas e sociais	3.503	6.555
Obrigações judiciais	-	-
Outras obrigações	8	300
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(57.814)	(48.344)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Intangível	-	(45)
Aquisição de Imobilizado	(59)	(1.812)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(59)	(1.857)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	63.602	53.713
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	28	1.869
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	63.630	55.582
Varição caixa e equivalentes de caixa	5.757	5.381
No início do exercício	30.622	31.909
No fim do exercício	36.379	37.290
Varição caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.757	5.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Valor Adicionado em
(em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receitas		
Subsídios Públicos	63.602	53.713
Outras Receitas	1.966	3.840
	65.568	57.553
Insumos		
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	11.877	10.564
	11.877	10.564
Valor Adicionado Bruto	53.691	46.989
Depreciação e Amortização	1.612	1.471
Valor Adicionado Líquido produzido	52.079	45.518
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	298	717
	298	717
Valor Adicionado Total a Distribuir	52.377	46.235
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	32.677	30.611
Benefícios	4.420	4.358
FGTS	2.516	2.367
Contingências/indenizações trabalhistas	16	-
	39.629	37.336
Governos (Impostos, taxas e contribuições)		
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	7.653	6.727
Estaduais (inclui IPVA)	21	20
Municipais	222	197
	7.896	6.944
Remuneração do capital de terceiros		
Juros e multas	963	602
Alugueis	1.688	1.244
Outras	-	108
	2.651	1.954
Remuneração dos capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do exercício	2.201	1
	2.201	1
Valor Adicionado Total Distribuído	52.377	46.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2023.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidades assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar “a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional” (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsecamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O LOA 2023 publicada em 17 de janeiro de 2023 aprovou R\$53,8 milhões para as despesas discricionárias, sendo esse valor suficiente para essas despesas no atual exercício.

Em junho, através da Portaria GM/MPO nº149, a dotação de pessoal e benefícios foi suplementada em R\$ 2,3 milhões. Com essa suplementação, valor final para as despesas obrigatórias totalizou o montante de R\$ 96 milhões. Esse valor é suficiente para custeio dessas despesas no exercício de 2023. Caso haja alguma alteração

das condições atuais que gere ampliação das despesas de pessoal e benefícios, será necessário aprovação de crédito suplementar para essa finalidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da EPE é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

C) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

D) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

E) DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aprovada pela direção executiva em 11 de agosto de 2023 e sua divulgação autorizada pelo conselho de administração.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da EPE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme evidenciada nas referidas demonstrações financeiras e devem ser analisadas em conjunto.

Até o momento, não há mudanças nas normas e emendas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC com vigor a partir do exercício 2023, que possam impactar as demonstrações da companhia.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, o que normalmente coincide com seu valor de aquisição, mais os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Ativos Financeiros	30/06/2023	31/12/2022
Custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	36.379	30.622
	36.379	30.622
Passivos Financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	590	305
	590	305

Caixa e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O custo histórico reflete o valor justo de mensuração.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
A - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	8.904	4.082
B - Recursos Próprios	27.475	26.540
Total	36.379	30.622

6. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
COFINS a Recuperar	2	1
IRPJ Estimativa 2023	229	-
CSLL Estimativa 2023	74	-
IRPJ Estimativa 2022	711	668
CSLL Estimativa 2022	284	268
IRPJ Estimativa 2021	321	304
CSLL Estimativa 2021	123	116
IR a compensar – pagamento a maior	22	21
CSLL a compensar – pagamento a maior	145	138
Antecipação de IRRF - 0561	-	161
COSIRF	2	2
IRRF a restituir	3	-
IRRF a compensar	860	6
ISS a restituir	5	5
Total	2.781	1.690

Foram reclassificados os créditos referentes a IR e Contribuição Social a compensar sobre pagamento indevido, o ISS a restituir para o longo prazo por não existir previsão no curto prazo para utilização dos referidos créditos:

Curto Prazo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
COFINS a recuperar	2	1
Antecipação de IRRF – 0561	-	161
IRPJ Estimativa 2023	229	-
CSLL Estimativa 2023	74	-
IRPJ Estimativa 2022	711	668
CSLL Estimativa 2022	284	268
IRRF a restituir	3	-
IRPJ Estimativa 2021	321	304
CSLL Estimativa 2021	123	116
COSIRF a restituir	2	2
IRRF a compensar	860	6
Total	2.609	1.526

Longo Prazo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
IR a compensar – pagamento a maior	22	21
Contribuição social a compensar – pagamento a maior	145	138
ISS a restituir	5	5
Total	172	164

7. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamento de Férias	167	792
Adiantamento de 13º Salários	2.318	-
Total	2.485	792

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Saldo residual de R\$ 3.399 apropriados no curto prazo do exercício de 2023, refere-se às assinaturas, anuidades e contratos manutenção de softwares com vigência de 12 meses. Este valor será amortizado ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

Curto Prazo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Prêmio de seguros	86	182
Assinaturas e anuidades	1.383	997
Provedores de informação	90	123
IPTU a apropriar	226	-
Manutenção de software ¹	1.614	1.277
Totais	3.399	2.579

¹ Contempla o pagamento ao Cepel no valor de R\$ 162 em dezembro referente a manutenção anual dos softwares recebidos em doação.

Longo Prazo:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Manutenção de Software	-	281
Totais	-	281

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Tributários (i)	4.052	3.928
Trabalhistas (ii)	409	310
Cíveis (iii)	169	161
Total	4.630	4.399

- (i) Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.888 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de seguridade social nº. 0018936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010. A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.
- (ii) Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS – TR + 3% ao ano – e a partir desta data pelo índice da Poupança.
- (iii) Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 0043616-49.2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30.06.2023 Líquido	31.12.2022 Líquido
Instalações	10%	2.400	(599)	1.801	1.921
Máquinas e equipamentos	10%	792	(726)	66	77
Equipamentos de informática	20%	11.505	(7.522)	3.983	4.644
Móveis e utensílios	10%	2.202	(2.017)	185	189
Total		16.899	(10.864)	6.035	6.831

A movimentação do período está demonstrado a seguir:

Descrição	31.12.2022 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa de Depreciação	30.06.2023 Líquido
Instalações	1.921	-	-	(120)	-	1.801
Máquinas e equipamentos	77	-	-	(11)	-	66
Equipamentos de informática	4.644	43	-	(704)	-	3.983
Móveis e utensílios	189	16	-	(20)	-	185
Total	6.831	59	-	(855)	-	6.035

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

	Custo	Amortização	30.06.2023	31.12.2022
--	-------	-------------	------------	------------

Descrição	Taxa anual Amortização	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido
Software	20%	12.791	(9.369)	3.422	4.179
Total		12.791	(9.369)	3.422	4.179

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

Descrição	31.12.2022 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	30.06.2023 Líquido
Software	4.179	-	-	(757)	-	3.422
Total	4.179	-	-	(757)	-	3.422

12. FORNECEDORES NACIONAIS

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R\$ 590 tem como principais fornecedores a serem pagos em julho de 2023:

Fornecedores	30/06/2023
Time Multisserviços Ltda	136
MGS Clean Soluções e Serviços	90
Viena Empreendimentos Ltda	84
Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa	55
IOS Informática, Organização e Sistema Ltda.	31
Light Serviços de Eletricidades S.A.	30
Gestão Quantum Centro de Processamento Contabil	29
IBP – Inst. Brasileiro Pet. Gás.	19
Fundação Getúlio Vargas	17
RJ Locação de Veículos e Serviços Ltda	16
Vacivitta Serviços de Imunização Humana Ltda	13
Outros	70
	590

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	1	98
IRRF s/ salários	1.722	858
INSS retido	17	30
Total	1.740	986

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os pagamentos das obrigações sociais e trabalhistas, tais como férias, 13º salário e os respectivos encargos incidentes (INSS e FGTS), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
Salários a pagar	4.529	3.297
Provisões de férias, 13º salário e encargos	11.544	9.084
Rescisão a pagar	-	11
INSS a recolher	1.239	1.314

FGTS a pagar	505	608
Total	17.817	14.314

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

A) AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL

O valor provisionado leva em consideração o valor da condenação indicado na decisão contrária a EPE e não necessariamente o valor da causa.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das demandas (ambiental, trabalhista ou cível). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE. Considera-se apenas o risco classificado como provável.

Até junho de 2023 o valor total de provisão de contingência com risco provável de perda é de R\$ 10.844, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	30/06/2023
Trabalhistas	3.229	1.138	16	-	4.383
Tributárias	6.634	465	-	(640)	6.459
Cível	2	-	-	-	2
Total	9.865	1.603	16	(640)	10.844

Trabalhistas

A EPE é ré em reclamações trabalhistas individuais, principalmente relacionadas a diferenças salariais, reintegração com pagamento de salários e danos morais e reversão de justa causa. Constituiu provisão baseada em informações históricas, modelos estatísticos e prognósticos de perda. O valor foi atualizado até 30/06/2023, conforme cálculos da PLM consultoria e já engloba os honorários de sucumbência. Esse favor é progressivo mês a mês em face do deferimento do pleito de incorporação de gratificação de função.

Tributárias

As contingenciais fiscais referem-se aos processos pertinentes de ação anulatória de débitos fiscais e autos de infração, relacionados os principais abaixo:

Processo nº: 04/354158/2008

Objeto: Lançamento de ISS sobre a contrapartida devida pela EPE em convênios realizados com o Ministério de Minas e Energia com o débito suspenso até o trânsito em julgado. Valor estimado: R\$ 2.700.

Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400

Objeto: Anular os lançamentos realizados pela RFB decorrentes dos Autos de Infração n. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 e 370923740. Discussões acerca: (i) da incidência de contribuições à seguridade social (parte patronal) sobre honorários pagos a Conselheiros (CA e CF) e Diretores; (ii) da incidência de contribuição social sobre auxílio moradia pago a empregados cedidos; (iii) da incidência contribuição à seguridade social sobre honorários de membro do CF vinculado a regime próprio; (iv) das incidências de contribuições ao Sistema "S"; (v) da existência de imunidade recíproca. Valor estimado: R\$ 4.052

Processos Cíveis

As contingenciais administrativas, referem-se aos processos pertinentes a fiscalização de atividades profissionais pelo auto de infração pelo não registro da EPE no CREA/RJ.

B) AÇÕES COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem parecer da Consultoria Jurídica da EPE com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do fechamento do período:

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	30/06/2023
Trabalhistas	315	28	7	(13)	337
Ambiental	4	-	-	(3)	1
Cíveis	5.044	430	-	(1.395)	4.079
Tributário	8.676	185	-	(140)	8.721
Total	14.039	643	7	(1.551)	13.138

No 2º Trimestre foram arquivados 199 processos, onde 149 processos cíveis que tramitavam no 3º e no 5º JECs da Seção Judiciária do Amapá e que tinham por objeto pleitos de indenização por dano moral e/ou material pelo blecaute no Amapá em 03/11/2020, resultando na baixa de R\$ 777.

O processo cível nº 5080759-56.2021.4.02.5101 no valor R\$ 55 foi transferido para “remota”, tendo em vista que foi proferida sentença de improcedência nesta demanda (resultado favorável à EPE).

16. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no passivo circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e/ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
A – Contribuições da Patrocinadora	337	336
B – Contribuições dos Empregados	339	332
Total	676	668

17. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R\$ 31.019 em 30 de junho de 2023. A última deliberação de aumento de capital ocorreu em 17 de abril de 2023.

18. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 20 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI Nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2023 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macro função SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até junho de 2023 foi de R\$ 28, conforme a seguir:

Fonte	PF Solicitação	Data	PF Recebimento	Entrada do Recurso	Recurso Recebido
0100000000	2023PF000017	30/03/2023	2023PF000017	30/03/2023	16
0100000000	2023PF000023	25/04/2023	2023PF000282	26/04/2023	12
TOTAL RECEBIDO					28

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macro função SIAFI 021122 - item 2.3.8.

Na 15ª AGE realizada em 17/04/2023 foi aprovada a proposta da administração de aumentar o capital social da companhia de R\$ 28.469 para R\$ 31.019, mediante a incorporação de recursos recebidos a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 2.550, sem emissão de novas ações, a ser subscrito e integralizado pela União, bem como da subsequente alteração do art. 7º do Estatuto Social, de modo a expressar o novo valor do capital social da companhia nos termos do art. 167 da Lei nº 6.404, de 1976.

19. PREJUÍZOS ACUMULADOS

Até o 2º trimestre de 2023, foi apurado um lucro contábil de R\$ 2.201, resultando em um prejuízo acumulado de R\$ 3.609, conforme quadro abaixo:

(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2022	(5.810)
Lucro do período	2.201
(-) Prejuízos acumulados saldo em 30 de junho de 2023	(3.609)

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2022 de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais– SEST:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R\$ 35	R\$ 12 (*)	R\$ 28
Empregados - Nível Médio	R\$ 32 (**)	R\$ 4	R\$ 8
Empregados - Nível Superior	R\$ 32 (***)	R\$ 12 (****)	R\$ 19

(*) Honorários pagos à Dirigente cedido.

(**) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.

(***) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(****) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

Ainda conforme determinação da CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022 os quadros abaixo apresentam os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com benefícios a empregados até 30/06/2023:

Descrição	R\$ mil
Remuneração média mensal dos Conselheiros de administração	4
Remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais	4
Quantidade de empregados contratados	268
Gasto médio com previdência privada	330
Gasto médio com vale alimentação/refeição	190
Gasto médio com auxílio transporte	1
Gasto médio com auxílio moradia	4
Gasto médio com auxílio creche	54
Gasto médio com auxílio saúde/odontológico	157
Gasto médio com vale cultura	1

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Custos e despesas por função		
Custos dos serviços prestados	(41.705)	(36.777)
Despesas operacionais	(20.123)	(20.731)
	<u>(61.828)</u>	<u>(57.508)</u>
Custos e despesas por natureza		
Pessoal (i)	(44.832)	(42.351)
Materiais	(16)	(113)
Serviços de Terceiros (ii)	(7.938)	(6.316)
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	(5.019)	(4.376)
Gerais da Administração (iv)	(3.572)	(3.598)
Impostos, Taxas e Contribuições	(435)	(598)
Provisão para contingências	(16)	(156)
Total	<u>(61.828)</u>	<u>(57.508)</u>

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R\$ 25.408), provisões de férias (R\$ 2.892), abono pecuniário de férias (R\$ 380), 13º salário (R\$ 2.380), Incorporação Fundação gratificada – Ordem Judicial (R\$ 32), encargos sociais – INSS e FGTS (R\$ 9.103), licença maternidade e paternidade – Prorrogação (R\$ 83), indenizações trabalhistas (R\$ 134) e benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R\$ 4.420) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de junho/2023.

(ii) Os valores apropriados até junho/2023, referem-se, aos serviços de consultorias (R\$ 3.069), serviços de apoio técnico profissional (R\$ 1.440), requisição de pessoal (R\$ 160), treinamentos (R\$ 642), estagiários (R\$ 365), serviços prestados por pessoas físicas (R\$ 8), processamento de dados (R\$ 24), manutenção de equipamentos de informática (R\$ 108), serviço fiscal/tributário (R\$ 106), despesa com jovem aprendiz (R\$ 21), cessão temporária e manutenção de softwares (R\$ 1.855), Serviços de Clipping de Multimídia (R\$ 27) e despesas com locação de veículos (R\$ 113).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até junho/2023, relativos a aluguéis (R\$ 1.666), energia elétrica (R\$ 454), telecomunicações (R\$ 13), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R\$ 1.611), Aluguéis de equipamentos (R\$ 22), serviços de limpeza e higiene (R\$ 367), serviços gerais (R\$ 232), condomínio (R\$ 637), manutenção e reparos (R\$ 16), correios e malotes (R\$1).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R\$ 571), honorários conselhos (R\$ 184), viagens de empregados a serviço da empresa (R\$ 1.032), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R\$ 1.613), despesas legais e judiciais (R\$ 9), honorários comitê auditoria (R\$ 66) e seguro de responsabilidade civil (R\$ 97) apropriadas no período de janeiro/23 a junho/2023.

22. SUBSÍDIOS DO TESOIRO NACIONAL

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

23. REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS – LEILÕES ANEEL

O saldo da conta refere-se aos ressarcimentos dos valores feitos pela ANEEL referentes aos estudos constantes na documentação técnica dos empreendimentos que compõem os lotes do leilão de transmissão.

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Rendas de Variações Monetárias ¹	298	717
Total	298	717
Despesas financeiras		
Variações monetárias ²	(963)	(602)
Total	(963)	(602)
Resultado financeiro líquido	(665)	115

¹ O saldo da conta representa os valores apurados relativos às receitas com atualização monetária de depósitos judiciais e impostos a recuperar (R\$ 293) e descontos obtidos (R\$ 5).

² Despesas com atualização monetária sobre provisões para contingência.

25. APURAÇÃO IRPJ E CSLL

- a) Em 2023 a empresa está enquadrada no regime tributário Lucro Real com Antecipação Mensal por Estimativas conforme apuração abaixo:

	<u>30/06/2023</u>		<u>30/06/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	3.075	3.075	137	137
Adições	1.707	1.707	920	920
Exclusões	(640)	(640)	(23)	(23)
Base de cálculo antes das compensações negativas	4.142	4.142	1.034	1.034
Alíquota utilizada para cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total dos incentivos fiscais	(99)	-	(98)	-
DESPESA IRPJ/CSLL	613	261	71	65
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(842)	(335)	(668)	(266)
CRÉDITO DE IRPJ/CSLL	(229)	(74)	(598)	(200)

- b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	3.075	137
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.045)	(47)
Reconciliação para a taxa efetiva		
Adições:		
Licença paternidade e maternidade prorrogada	(28)	(31)
Provisões de processos trabalhistas	(6)	(61)
Variações monetárias de provisões judiciais	(545)	(205)
Outras adições	(2)	(16)
Exclusões:		
Reversão de provisão de processos cíveis	219	8

Compensação base negativa e prejuízo fiscal	422	106
Diferença do adicional de 10%	12	12
Incentivos fiscais	99	98
Imposto de renda e contribuição social corrente	(874)	(136)
Alíquota efetiva	28,42%	99,27%

26. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o item 9 do CPC 05, Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. A Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE (Política e Diretriz nº PDG-COA-012) arrola, em seu item nº 2 (definições), as pessoas físicas e/ou jurídicas que, além da União, devem ser reputadas partes relacionadas à EPE. A referida política também define a transação com parte relacionada como sendo qualquer ajuste de obrigações, por qualquer instrumento ou fundamento, entre a EPE e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado uma contrapartida financeira. Levando-se em consideração este conceito, em cumprimento à obrigação trazida pelo item nº 6.3 da já mencionada política, é possível afirmar que, no 1º Trimestre de 2023, os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, todas celebradas pela EPE, (i) em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE; (ii) com pessoas jurídicas de direito público e privado; (iii) sem cobrança de contrapartida financeira; e (iv) destinados ao desempenho de suas competências, conforme autoriza o § 2º do art. 5º do Estatuto da EPE:

Conveniente	Tipo de Relação	Objeto	Vigência
Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS	Acordo de Cooperação Técnica	Organização do 15º Clean Energy Ministerial (CEM) e 9ª Reunião Ministerial da Mission Innovation (MI)	16/03/2023 a 16/03/2024
Agência Nacional de Petróleo – ANP	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Intercâmbio de informações e elaboração de estudos (DPG/GAB)	11/01/2023 a 10/01/2028
Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)	Protocolo de intenções	Definição das linhas gerais de colaboração entre as PARTES no desenvolvimento de iniciativas favoráveis a atração de investimentos para adensamento das cadeias produtivas e para projetos de infraestrutura dos setores prioritários.	09/11/2022 a 09/11/2026
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES	Acordo de Cooperação Técnica	Estudar a viabilidade de instrumento de transferência de recursos financeiros das empresas de óleo e gás (O&G) para atividades de sequestro e armazenagem de carbono no setor florestal, a título de compensação de emissões de carbono, e o alcance de outros benefícios coletivos relacionados à água, biodiversidade, controle de erosão, equilíbrio do microclima, dentre outros, em consonância com PLANO DE TRABALHO em anexo (Anexo II).	07/07/2021 a 07/01/2023
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES	Acordo de Cooperação Técnica	Realização de uma avaliação dos efeitos locais da construção de usinas hidrelétricas.	27/07/2022 a 27/01/2025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Constitui objeto do acordo o estabelecimento de regras entre as partes para fins de: (a) intercâmbio dos dados e informações estritamente necessários ao desenvolvimento das atividades das PARTES; e (b) elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições.	28/07/2020 a 28/07/2025
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Acordo de Cooperação Técnica	Instituir a cooperação dos partícipes com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, visando à compatibilização conceitual das mesmas e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados objetivando a elaboração das Contas Econômicas Ambientais de Energia do Brasil.	11/06/2021 a 11/06/2026
Fundação Parque	Acordo de	Acordo de cooperação técnica que tem por objeto estabelecer as	03/09/2021

Tecnológico Itaipu - Brasil	Cooperação Técnica	diretrizes sob as quais os partícipes, em comum acordo, se propõem a realizar o intercâmbio de conhecimento e elaboração de estudos energéticos sobre o potencial energético e estimativas de viabilidade técnica e econômica no mercado de energia.	a 03/09/2025
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Rio de Janeiro – SENAI-RJ	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	A mútua cooperação dos PARTÍCIPES, visando à elaboração de estudos, conjuntos ou não, resguardadas as competências das instituições, bem como a realização de intercâmbio dos dados e informações necessárias ao desenvolvimento das atividades dos PARTÍCIPES.	06/01/2022 a 06/01/2023

Acordo de Cooperação Técnica que estava em elaboração com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) para realização de um projeto piloto visando a implantação do SUPER.GOV.BR (SRL/DGC) foi descontinuado.

27. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Ativo Circulante	43.156	44.872	1.716
Ativo Não Circulante	14.567	14.259	(308)
Total do Ativo	57.723	59.131	1.408
Passivo Circulante	20.664	20.849	185
Passivo Não Circulante	11.446	10.844	(602)
Patrimônio Líquido	25.613	27.438	1.825
Total do Passivo e Patrimônio líquido	57.723	59.131	1.408

A conciliação apresentou uma diferença no total de R\$ 1.408. Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

a) O ativo circulante apresentou uma diferença de R\$ 1.716 conforme demonstrado na tabela abaixo. Os valores de despesas antecipadas, tributos a recuperar e compensar e adiantamentos a empregados foram impactados pelo não registro de valores no último mês do trimestre.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Despesas antecipadas	3.929	3.399	(530)
Tributos a Recuperar/compensar curto prazo	1.438	2.609	1.172
Adiantamentos concedidos	1.410	2.485	1.074
Total	6.777	8.493	1.716

b) O ativo não circulante apresentou diferenças líquidas no valor de R\$ 308. Todas as contas foram impactadas pelo não registro de valores no último mês do trimestre.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Tributos a recuperar/compensar longo prazo	192	172	(20)
Depósitos judiciais	4.634	4.630	(4)
Imobilizado	6.177	6.035	(142)
Intangível	3.564	3.422	(142)
Total	14.567	14.259	(308)

c) O passivo circulante apresentou uma diferença de R\$ 185, impactada pelos fornecedores, obrigações fiscais e obrigações trabalhistas em função da diferença de critérios. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Fornecedores	679	590	(89)
Obrigações Fiscais/Retenções tributárias	2.507	1.740	(767)
Obrigações Trabalhistas e Sociais/Cessão de pessoal/Previdência privada complementar	17.478	18.519	1.041
Total	20.664	20.849	185

d) A variação no passivo não circulante ocorreu em função da inclusão de novas provisões que serão regularizadas no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Provisões para Contingências	11.446	10.844	(602)
Total	11.446	10.844	(602)

28. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A cobertura de seguros, em valores de 30 de junho de 2023, é assim demonstrada:

<u>Modalidade</u>	<u>Montante cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade civil	R\$ 195	31/12/2023

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO

Presidente – Interina
Diretora de Gestão Corporativa

GIOVANI VITÓRIA MACHADO

Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais
Diretor de Estudos de Energia Elétrica (interino)

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES

Diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

SANDRO DA SILVA ABILIO

Contador – CRC-RJ 093927/0

2Q.2023 - Demonstrações Intermediárias - EPE.pdf

Documento número #ddb0e5fb-dbd7-4e03-bf00-dd91f9a02ea9

Hash do documento original (SHA256): 2020e328649b23a34b66f291df035b8d6dfd360bfd546c23dd82d61949c91b5f

Assinaturas

-  **Angela Livino**
CPF: 029.716.487-29
Assinou em 14 ago 2023 às 17:04:28
-  **Giovani Vitória Machado**
CPF: 010.229.197-76
Assinou em 14 ago 2023 às 16:05:19
-  **Heloisa Borges Bastos Esteves**
CPF: 086.693.437-54
Assinou em 14 ago 2023 às 16:32:25
-  **Sandro Abilio**
CPF: 047.501.187-29
Assinou em 14 ago 2023 às 16:04:54

Log

- 14 ago 2023, 16:03:24 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número ddb0e5fb-dbd7-4e03-bf00-dd91f9a02ea9. Data limite para assinatura do documento: 18 de agosto de 2023 (00:00). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 14 ago 2023, 16:03:33 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: angela.livino@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Angela Livino.
- 14 ago 2023, 16:03:33 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: giovani.machado@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Giovani Vitória Machado.

-
- 14 ago 2023, 16:03:33 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: heloisa.esteves@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Heloisa Borges Bastos Esteves.
- 14 ago 2023, 16:03:33 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: sandro.abilio@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandro Abilio.
- 14 ago 2023, 16:04:55 Sandro Abilio assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sandro.abilio@epe.gov.br. CPF informado: 047.501.187-29. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9074 e longitude -43.182. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.562.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 14 ago 2023, 16:05:19 Giovani Vitória Machado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail giovani.machado@epe.gov.br. CPF informado: 010.229.197-76. IP: 189.94.104.93. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.913985548993498 e longitude -43.16573028427703. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.562.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 14 ago 2023, 16:32:25 Heloisa Borges Bastos Esteves assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail heloisa.esteves@epe.gov.br. CPF informado: 086.693.437-54. IP: 177.205.174.199. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9821361 e longitude -43.2221058. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.562.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 14 ago 2023, 17:04:28 Angela Livino assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail angela.livino@epe.gov.br. CPF informado: 029.716.487-29. IP: 177.47.116.40. Componente de assinatura versão 1.563.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 14 ago 2023, 17:04:29 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número ddb0e5fb-dbd7-4e03-bf00-dd91f9a02ea9.
-

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº ddb0e5fb-dbd7-4e03-bf00-dd91f9a02ea9, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.